



## **ATA DA ASSEMBLEIA NACIONAL DA CNASI-AN DE 22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2018**

Às 10 horas do dia 22 de novembro de 2018 deu-se início à **ASSEMBLEIA NACIONAL** da Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (CNASI-AN), tendo como pauta: 1) Avaliação da campanha pela reestruturação das Carreiras dos Servidores do INCRA; 2) Prestação de contas anual da CNASI-AN; 3) Informes dos estados; 4) Projeto INCRA/SEAD; 5) Encaminhamentos; 6) Assuntos gerais. Estiveram presentes delegados representantes das seguintes Superintendências Regionais do Incra: SR(01)-PA, SR(02)-CE, SR(04)-GO, SR(07)-RJ, SR(08)-SP, SR(09)-PR, SR(10)-SC, SR(11)-RS, SR(12)-MA, SR(14)-AC, SR(15)-AM, SR(17)-RO, SR(21)-AP, SR(24)-PI, SR(26)-TO, SR(27)-PA/MBA, SR(28)-DF/Entorno e SEDE.

### **1) Avaliação da campanha pela reestruturação das Carreiras dos Servidores do INCRA:**

Diretor de Administração e Finanças da CNASI-AN, Reginaldo Aguiar, iniciou o ponto de pauta fazendo esclarecimentos de que a campanha vigente trata do fortalecimento do INCRA, promoção das políticas agrárias e da valorização dos servidores – esta, por meio da reestruturação das carreiras do INCRA. Salientou, ainda, o apoio do Senador Romero Jucá (RR), do Deputado Federal Cleber Verde (MA) para previsão de recursos no orçamento e articulação política, bem como o compromisso da Casa Civil em viabilizar o pleito dos servidores da autarquia, pelo envio do Projeto de Lei para apreciação junto ao Congresso Nacional. Disse ainda que em evento realizado em Salvador/BA, em abril de 2018, a Diretoria do INCRA e os superintendentes se comprometeram em apoiar a reestruturação de carreiras. Pontuou, também, que a forma de mobilização adotada, articulação junto aos parlamentares, foi aprovada em Assembleia Nacional da CNASI-AN, em maio de 2018, por se verificar a desmobilização da categoria, quando a Diretoria da entidade percorreu 15 estados, ainda em 2017. Esclareceu que foram realizadas várias simulações sendo que a proposta – construída em março de 2017 com base no Relatório Final do GT de carreira de 2016 -, inicialmente apresentada pelos servidores, tinha um impacto de cerca R\$ 1,4 bilhão e, apesar de ter sido recepcionada pelo Governo (Ministério do Planejamento de Casa Civil da Presidência da República), foi nas semanas seguintes descartada, com argumento de ter um custo muito alto. Para viabilizar a reestruturação de carreiras a Diretoria do INCRA solicitou a técnicos da autarquia e Ministério do Planejamento simulações com impactos menores, mas que mantivessem uma boa reestruturação de carreiras. Algumas simulações foram feitas e entregues à Casa Civil, sendo que foi considerada aceitável a que continha um valor final de cerca de R\$ 215 milhões, em 2019, e R\$ 230 milhões para 2020, que seriam suficientes para uma reestruturação mínima. No entanto, até o momento houve garantia de uma rubrica de orçamento para a reestruturação, mas não o valor que será disponibilizado, sendo que, assim que houver esta definição, a Casa Civil enviará o Projeto de Lei para apreciação do Congresso Nacional, já havendo um compromisso de aprovação entre os parlamentares e de sanção pela Presidência da República. Essa informação foi confirmada por vários delegados que participaram das visitas a parlamentares, desde segunda-feira (19.11.2018), que se manifestaram no sentido de que o Senador Waldemir Moka (MS), Relator-Geral da Comissão Mista de Planos, Orçamento e Fiscalização (CMO) teria afirmado que há de fato um acordo para alocação de recursos para reestruturação da carreira dos servidores do INCRA, ainda que em valor simbólico para garantir a discussão do pleito dos servidores durante o ano de 2019. Alguns dos presentes manifestaram-se desanimados sobre alguma vitória, ainda dentro deste ano, em virtude de alguns parlamentares comentarem sobre o desinteresse do Governo em alterar remuneração de servidores, enquanto outros se mantiveram firmes na posição de que os contatos devem ser mantidos, enquanto houver prazo hábil para se conquistar avanços, ou seja, 28 de dezembro de 2018. O representante da SR(21)-Amapá, Geovane, reafirmou a incerteza geral sobre o estado da negociação, haja vista a pouca ação efetiva do Governo, aliado a uma informação,



obtida nos bastidores do Congresso Nacional, de que os valores já destinados pelo orçamento à Casa Civil reduzem-se a cerca de R\$ 26 milhões, sendo que nem todo este valor seria destinado ao INCRA. Além disso, a representante da SR(15)-Amazonas, Margareth, alertou para a exiguidade do tempo antes do recesso parlamentar e o desconhecimento sobre quais instrumentos legais estariam envolvidos. Reginaldo reforçou que o compromisso assumido para com a CNASI-AN é que, assim que houver um valor destinado a reestruturação, a Casa Civil enviará o Projeto de Lei, nos dias seguintes os Parlamentares aprovariam e no outro dia a Presidência sancionaria, ou seja, o procedimento demoraria poucos dias, segundo os representantes do Governo. Alguns delegados criticaram a forma de mobilização, ressaltando que foi uma tática do Governo para enfraquecimento da categoria e que foi claramente ineficaz, somente levando os servidores a condutas de contrassenso associando-se a políticos que historicamente combateram o INCRA. Outros servidores comentaram que era a estratégia disponível no momento, devido as medidas retaliatórias do Governo, como o corte de ponto durante as últimas greves, e pelo iminente esvaziamento do órgão em virtude de aposentadorias, o que inviabiliza as formas tradicionais de luta classista.

### **2) Prestação de Contas Anual da CNASI-AN:**

O Conselho Fiscal da CNASI-AN apresentou relatório, esclarecendo que não foram disponibilizadas notas de todas as despesas realizadas no período e que foi dado um prazo até março de 2019 para apresentação destes documentos, opinando que a prestação de contas deveria ser apresentada e apreciada na Assembleia Nacional de 2019 (proposta 2) e que o valor atualmente no caixa da CNASI é R\$ 15.497,46. Foi sugerido que houvesse a prestação de contas fosse aprovada com ressalvas e que houvesse a retomada do assunto na Assembleia Nacional de 2019, com a apresentação das comprovações de gastos faltantes (proposta 1). Votadas as duas propostas, a proposta 2 obteve 16 votos, a proposta 1 obteve 3 votos, havendo uma abstenção; decidindo-se então, que a prestação de contas seria aprovada com ressalvas.

### **3) Informes dos estados e análise da conjuntura.**

A desmobilização (especialmente na SEDE devido ao grande número de DAS), desmotivação, falta de recursos, más condições de trabalho e sucateamento das superintendências são existentes em todos os estados, sendo que o Rio de Janeiro e Santa Catarina foram as únicas exceções, ao informar que ocorre uma reunião mensal entre os servidores. O delegado da SR(10)-Santa Catarina, Arnaldo, comentou que seu Estado está focando no tema de saúde do trabalhador e em campanhas de combate ao assédio moral e sexual, inclusive em colaboração com outros órgãos, via movimento sindical. O representante da SR(12)-Maranhão, Webert, disponibilizou uma mensagem em áudio do deputado federal Cleber Verde/MA, na qual ele se compromete em verificar a viabilidade legal de transferir parte do orçamento destinado a sua área de relatoria na CMO para a reestruturação de carreiras do INCRA, contemplando o valor de R\$ 215 milhões necessário para a parcela da reestruturação prevista para 2019. Vários delegados ressaltaram a necessidade de união dos servidores, como categoria, em virtude das políticas do novo Governo eleito e que o fato do Projeto de Lei de reestruturação de carreiras do INCRA ainda não ter sido enviado ao Congresso é preocupante, reiterando que até o momento existem muitos compromissos e pouca ação efetivamente realizada pela Casa Civil e pelos Parlamentares. Reginaldo esclareceu que já havia sido previsto nas negociações que a Casa Civil aguardaria a definição do valor disponibilizado pelo orçamento para o envio do Projeto de Lei e que já estava acordado que aprovação pelos parlamentares e sanção presidencial se dariam num intervalo de poucos dias. Outro posicionamento sobre as negociações foi que o apaziguamento dos servidores dificultou qualquer forma luta - seja ela salarial, pela redução da jornada e/ou condições de trabalho -, sendo necessária a reavaliação da estratégia adotada, a fim de se estabelecer um eficiente plano de lutas, já que tudo indica que o Governo recém-eleito atacará duramente os direitos dos servidores. Ressaltou-se que a greve para os servidores do INCRA nunca foi uma opção, mas sim uma necessidade e que a única forma de proteger a categoria dos servidores é haver uma unidade dos órgãos mais fragilizados, como: IBAMA, ICMBIO, FUNAI, SPU, etc. Durante as discussões, o



representante da Direção do INCRA, Douglas, aproveitou para dar um relato. Ele foi indicado pelo Presidente do INCRA para acompanhar a negociações junto aos parlamentares, ressaltando que a autarquia nunca teve tanta visibilidade dentro do Governo, por causa da titulação e da regularização fundiária, e que a aliança entre CNASI-AN, SindPFA e ASSERA-BR foi produtiva, à medida que realizou uma articulação intensa com os parlamentares e também na Casa Civil, colocando o INCRA em evidência. Alertou que é importante manter o foco no fortalecimento do INCRA e na reestruturação das carreiras, especialmente neste momento de mudanças, aconselhando o cuidado na exteriorização de críticas, pois muitos estão interessados em absorver as atribuições do órgão. Ressaltou que o presidente do INCRA, Leonardo Góes, tem boas relações com a futura Ministra da Agricultura, a atual deputada Tereza Cristina (MS), o que facilita o diálogo. Ressaltou que a paz que se estabeleceu-se no INCRA auxiliou para que o Presidente do INCRA, Leonardo Góes, pudesse desenvolver o projeto que deu visibilidade ao órgão. Salientou que o primeiro órgão a ser visitado pelo vice-presidente eleito, General Hamilton Mourão, foi o INCRA, o que parece ser positivo e indicar que a extinção da autarquia está descartada. Avaliou que o fato do relator setorial de orçamento da Casa Civil, o deputado Rogério Marinho (RN), possuir pouco conhecimento sobre o INCRA, sendo isso um entrave e que os servidores devem estreitar contato com ele – ponto em que a representante da ASSERA-BR comentou que há uma reunião marcada, entre as entidades e ele, para o dia 27 de novembro, e que em seguida por uma agenda com o deputado federal Cleber Verde (MA). Reafirmou ser consenso que haverá equiparação salarial entre as carreiras de nível superior (Analistas e Peritos Federais Agrários) e que o paradigma para as negociações é a carreira do IBAMA, sendo que o Projeto de Lei a ser apresentado pela Casa Civil necessariamente contemplará a Gratificação de Qualificação (GQ) e Retribuição por Titulação (RT), pois elas caracterizam o pleito dos servidores como uma reestruturação de carreira e não mero aumento salarial (o que está proibido pela legislação) e somente compatibilizará as tabelas com o valor disponibilizado pelo orçamento, sendo que e o restante do texto seria aquele produzido no grupo de trabalho e que foi divulgado aos servidores desde 2016. Foi interrompida a Assembleia Nacional e reiniciada às 9 horas de 23 de novembro de 2018, prosseguindo a pauta.

#### **4) Projeto INCRA/SEAD:**

Foi apresentada pela direção da CNASI-AN a proposta de criação de uma única estrutura, englobando as atividades de INCRA, FUNAI, ICMBIO e SPU, diretamente ligada à Presidência da República, como alternativa, dada a incerteza dos planos do Governo recém-eleito para o INCRA. A maioria dos representantes dos estados argumentou que não houve tempo hábil para a realização de assembleia para posicionamento, havendo consenso entre os delegados de que a proposta foi apresentada de forma intempestiva, dada a complexidade da questão, que foi desrespeitoso o fato de não haver consulta aos demais órgãos envolvidos e que não era o momento adequado para entrar neste tema - visto que os servidores estão em plena campanha para reestruturação das carreiras e que o surgimento de uma proposta com este teor, a esta altura dos acontecimentos, pode ter reflexos negativos e colocar todo o trabalho realizado a perder. Ainda foi comentado por vários participantes sobre a importância da articulação junto a outros órgãos para uma atuação conjunta na defesa dos servidores e que esta proposta teria impacto negativo, dificultando a colaboração entre os envolvidos. Também foi consenso de que os servidores devem concentrar esforços no fortalecimento do INCRA, promoção das políticas públicas a ele relacionadas, bem como na valorização dos servidores, por meio da reestruturação das carreiras e da melhoria das condições de trabalho. A decisão da assembleia foi pela retirada da proposta e para que a CNASI-AN proponha às representações sindicais e associativas dos órgãos e setores com os quais têm afinidade para construir uma frente de resistência e defesa dos direitos dos servidores, nas instâncias representativas e nas respectivas bases.

#### **5) Encaminhamentos:**

Durante as discussões ficou decidido que a CNASI-AN enviará à base de servidores um documento com o histórico da campanha pela reestruturação das carreiras do INCRA nos últimos anos; elaborará um documento a Presidência do INCRA para que seja garantido que os reajustes



contemplem os servidores nível auxiliar / intermediário e os aposentados no mesmo percentual dos servidores de nível superior; exigirá a publicidade das atas do CDR (Comitê de Decisão Regional – instância deliberativa das superintendências regionais do Incra) imediatamente após as deliberações; entrará em contato, por meio da Diretoria da CNASI-AN, com outros órgãos para debater uma coordenação unificada em defesa dos direitos dos servidores e dos órgãos; fará solicitação de que o Governo se retire da direção da GEAP e injete recursos para sanar o déficit ocasionado pelas antigas gestões por ele indicadas, sendo ainda que a CNASI-AN providenciará um estudo para a celebração de convênio com algum plano de saúde, a fim de atender aos servidores ativos e aposentados - dados os altos valores para contratação individual dos planos privados.

#### **6) Assuntos Gerais:**

Foi discutida a possibilidade de se amadurecer a discussão sobre a transformação a CNASI-AN em um sindicato nacional, sendo que a delegada do Rio de Janeiro, Rosane, informou que se a CNASI não decidisse por este encaminhamento, eles mesmos providenciarão a criação de um sindicato. A justificativa foi que o sindicato do RJ é controlado por forças maiores e alheias aos servidores e que eles precisam de um sindicato específico para obter mais avanços. Além disso, sugeriu que a CNASI-AN submete-se ao Governo durante negociações e que a CONDSEF pouco se importa com os servidores agrários. Não houve acordo em relação ao conteúdo e forma da discussão, sendo que o diretor da CNASI-AN, Arnaldo, relatou que isso seria uma ameaça e que é preciso união com demais servidores, fortalecendo a categoria. No entanto, observou que o sindicato em Santa Catarina também é de pouca ajuda. Alguns delegados ressaltaram que o momento é de unificar a luta pela garantia dos direitos dos servidores públicos com outras categorias e que, caso se crie um sindicato, ele deveria abranger outras categorias similares. A plenária decidiu por recolocar este assunto em debate para a base, a exemplo do que ocorreu a época da criação da Associação Nacional, e deliberar em uma Assembleia posterior. Comentou-se que o ponto eletrônico provavelmente dar-se-á por *login* e senha, mas, mesmo não havendo uma data prevista, deve acontecer ainda em 2019. No que se refere à ampliação da arrecadação do INCRA, foi informado que o principal entrave encontrado para reajuste da taxa de serviços cadastrais é que esta poderia ser confundida com aumento de tributação. A orientação de data para próxima assembleia geral é março de 2019. Nada mais havendo a tratar, eu, Simone da Silva Santa Helena, delegada eleita da SR(11)-RS, lavro a presente ata a qual assino em companhia do presidente da mesa, Arnaldo José Santa Cruz Júnior, delegado eleito da SR(10)-SC e diretor da CNASI-AN.

  
Simone da Silva Santa Helena  
Secretaria da Assembleia Nacional

  
Arnaldo José Santa Cruz Júnior  
Presidente da Assembleia Nacional